



Universidade do Minho
Conselho Geral

Reunião do Conselho Geral da Universidade do Minho

Ata N.º 08/2021

Aos oito dias do mês de outubro de dois mil e vinte e um, pelas dez horas, reuniu no Salão Nobre da Reitoria – Largo do Paço, o Plenário do Conselho Geral da Universidade do Minho (Conselho), em sessão transmitida ao público, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1.** Aprovação da ata referente às reuniões extraordinárias dos dias 23 e 24 setembro 2021;
- 2.** Conselho de Ética: substituição de um representante dos professores e/ou investigadores da UMinho;
- 3.** Conselho de Curadores. Composição. Término de mandato dos Curadores Professor Guilherme d' Oliveira Martins, Professor José Manuel Mendes e Dr.ª Isabel Maria Furtado;
- 4.** Plano de ação do Conselho Geral para o ano 2022 – definição das linhas gerais estruturantes e da metodologia a adotar; sugestão de temas a abordar;
- 5.** Proposta de auscultação dos Presidentes das Unidades Orgânicas em sede do Conselho Geral sobre as questões da eficiência interna da instituição;
- 6.** Análise dos resultados do acesso aos cursos da Universidade do Minho – ano letivo 2021/2022;
- 7.** Orçamento da UMinho para o ano de 2022 – Ponto da situação.

Estiveram presentes os Conselheiros, Maria Joana Raposo Marques Vidal, que presidiu a reunião, Ana Margarida Silva Gonçalves, André Francisco Soares Carvalho Alves Teixeira, António Carlos Fernandes Rodrigues, Delfina Rosa Rocha Gomes, Isabel Maria Costa Soares, Joana Rodrigues Arantes Silva, João Manuel Cardoso Rosas, Luís António Martins Santos, Maria Cláudia Gonçalves Cunha Pascoal, Nuno Miguel Dias Cerca, Paulo Alexandre Costa Araújo Sampaio, Ricardo Duarte Faria Lopes, Rui Jorge Machado Oliveira, Tiago Filipe Silva Miranda, Tiago José Quinteiros Lopes Henriques da Silva e Victor Manuel Sousa Rego Duarte Soares. Esteve também presente o Reitor, Professor Rui Vieira de Castro. Justificaram a ausência os Conselheiros Ana João Gomes Rodrigues, Ángel Maria Carracedo Álvarez, Joaquim Agostinho Castro de Freitas, Manuela da Assunção Borges Vaz Soares, Marta Alexandra Teixeira Mestre e Patrícia Espinheira Sá Maciel. A folha de presenças encontra-se anexa à presente ata e dela faz parte integrante (Anexo I).

No ponto prévio à ordem do dia, a Presidente informou que, decorrente da suspensão do mandato da Professora Sandra Paiva no Conselho, e de acordo com o despacho interpretativo da sua substituição aprovado no Plenário de 23 de setembro, o Conselheiro Nuno Cerca assumiria, provisoriamente, o cargo de Secretário do Conselho.

Foi conferida a palavra ao Conselheiro Victor Soares, tendo este informado o Conselho que está em curso o processo eleitoral tendente à eleição da Comissão de Trabalhadores da Universidade do Minho, cujo ato eleitoral está previsto para o dia 16 de novembro 2021. O Conselheiro apelou a todos os trabalhadores da Universidade para que acompanhem este processo e nele participem ativamente, quer através da integração de listas, bem como no exercício do voto.

No âmbito da competência delegada na Presidente do Conselho para aprovação da adesão da Universidade a Associações, o Conselheiro Tiago Silva solicitou que, em situações futuras, seja realizado em sede de Plenário do Conselho um enquadramento dessas adesões, de modo a que os membros do Conselho possam ter conhecimento, entre outros, do âmbito de atuação das Associações em causa e do papel da Universidade nas mesmas. A Presidente agradeceu a sugestão e informou que, sempre que o tempo de decisão assim o permita, previamente à aprovação será dado conhecimento aos membros do Conselho dos respetivos documentos de instrução do pedido de adesão, para que sobre eles se possam pronunciar.

1. Aprovação da ata referente às reuniões extraordinárias dos dias 23 e 24 setembro 2021

A Presidente colocou à votação a ata das reuniões do Plenário ocorridas nos dias 23 e 24 de setembro de 2021, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade.

A apreciação dos pontos 2. e 3. da ordem de trabalhos foi reservada apenas ao Conselho, tendo sido interrompida a transmissão ao público.

2. Conselho de Ética: substituição de um representante dos professores e/ou investigadores da UMinho

No exercício da competência prevista no n.º 2 do artigo 72.º dos Estatutos da Universidade do Minho, homologados pelo Despacho Normativo n.º 17/2021, de 5 de maio, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 115, de 16 de junho de 2021, sob proposta do Reitor, foi realizada a votação, com recurso ao voto secreto, da designação do Professor Manuel Joaquim da Silva Pinto como membro do Conselho de Ética da Universidade do Minho, em substituição da Professora Doutora Maria Helena Costa Carvalho Sousa, tendo a mesma sido aprovada por maioria absoluta - Deliberação do CGeral n.º 24/2021.

3. Conselho de Curadores. Composição. Término de mandato dos Curadores Professor Guilherme d' Oliveira Martins, Professor José Manuel Mendes e Dr.ª Isabel Maria Furtado

Ao abrigo do disposto nos n.ºs 2 e 4 do artigo 8.º dos Estatutos da Fundação Universidade do Minho, publicados em anexo ao Decreto-Lei n.º 4/2016, de 13 de janeiro, foi realizada a votação, com recurso ao voto secreto, da renovação do mandato conferido ao Prof. Doutor Guilherme Valdemar Pereira d' Oliveira Martins, à Dr.ª Isabel Maria Gonçalves Folhadela de Oliveira Mendes Furtado e ao Prof. Doutor José Manuel Mendes, como membros do Conselho de Curadores da Fundação Universidade do Minho, tendo a mesma sido aprovada por

maioria absoluta - Deliberação do CGeral n.º 25/2021. Em face do resultado da votação, o Conselho deliberou propor ao Governo a renovação do mandato destas personalidades até outubro de 2025.

Foi retomada a transmissão ao público da ordem de trabalhos.

4. Plano de ação do Conselho Geral para o ano 2022 – definição das linhas gerais estruturantes e da metodologia a adotar; sugestão de temas a abordar

A Presidente recordou que, aquando do debate tido no âmbito da avaliação da aplicação do regime fundacional na UMinho, havia sido decidida a elaboração de um plano de atividades a desenvolver pelo Conselho no ano de 2022 e propôs que nesta sessão fosse definido o modo como será elaborado esse plano, bem como designada de uma Comissão, constituída por membros das duas Comissões Especializadas do Conselho, que será responsável pela recolha dos diversos contributos e pela elaboração do documento, a apresentar na reunião plenária de 10 de dezembro para aprovação.

Usou da palavra o Conselheiro Tiago Miranda que entendeu ser possível já nesta reunião serem discutidos alguns dos tópicos a incluir no plano de atividades, os quais serão posteriormente vertidos pela Comissão no documento a ser sujeito à aprovação do Plenário. Fez de seguida a apresentação da sugestão de temas a incluir no plano de atividades, informando tratar-se de uma proposta também subscrita pelos Conselheiros Cláudia Pascoal, Joana Arantes, Luís Santos, Patrícia Maciel e Tiago Silva, sendo o entendimento dos mesmos que o Conselho deverá ter uma atitude mais pró-ativa no planeamento estratégico da Universidade, bem como na resolução dos seus problemas, na melhoria contínua do seu funcionamento e na reflexão sobre o seu futuro. Apresentou como primeira atividade proposta a realização de uma reflexão sobre o funcionamento do interno do Conselho, designadamente, sobre a sua constituição e revisão dos regulamentos atuais do órgão. Para o efeito, sugeriu a constituição de um grupo de trabalho para analisar questões como, por exemplo, o alargamento do número de membros, com vista a aumentar a representatividade dos corpos; a revisão dos regulamentos; o estabelecimento de procedimentos com vista a tornar as reuniões mais eficientes; a definição de um plano de envolvimento mais significativo dos membros cooptados, para que as suas contribuições e experiência possam ser vertidas de uma forma mais efetiva na ação do Conselho. A segunda atividade prende-se com a reativação do projeto Barómetro, projeto iniciado no mandato anterior do Conselho, com vista ao desenvolvimento de um instrumento de acompanhamento do plano de ação do quadriénio. No âmbito do funcionamento da Universidade, considerou importante que o Conselho solicitasse à Reitoria a elaboração de um plano plurianual de combate à burocracia interna, cuja implementação e desenvolvimento seria acompanhado pelo Conselho, e o qual deverá abarcar duas áreas fundamentais: a redução da carga burocrática sentida por todos os membros da Comunidade Académica e a definição de procedimentos que permitam tornar mais dialogantes e eficientes as plataformas informáticas atualmente existentes. Recordou o estudo realizado na vigência do mandato do anterior Conselho sobre o envelhecimento do corpo docente da Universidade e, no seguimento desse estudo, considerou importante solicitar à Reitoria a definição de um plano com vista a fazer face a este problema, plano esse que seria também acompanhado pelo Conselho.

No âmbito da execução financeira da Universidade, considerou que o Conselho deverá ter um maior envolvimento na elaboração do seu orçamento e deverá realizar um acompanhamento mais próximo da sua execução ao longo do ano, não se limitando apenas à sua apreciação e aprovação. Ainda sobre a gestão financeira, apresentou como atividade a desenvolver a análise da política de emolumentos e taxas praticados pela Universidade, comparando-a com a de outras instituições de ensino superior, de modo a encontrar formas de poder mitigar este problema e tornar esta questão menos impactante na vida dos estudantes. Ao nível do Pessoal Técnico, Administrativo e de Gestão (PTAG), sugeriu a constituição de uma equipa multidisciplinar para o desenvolvimento de um estudo sobre o grau de satisfação dos trabalhadores da Universidade, com vista à obtenção de um instrumento de reflexão sobre como poderão ser melhoradas as suas condições de trabalho. Por último, sugeriu a promoção de um ciclo de reuniões e auscultações em todas as Unidades Orgânicas, quer ao nível das suas presidências, bem como dos seus trabalhadores em geral, no sentido de conhecer os problemas com que se deparam no seu funcionamento mais direto, e também promover uma reflexão sobre o posicionamento das mesmas a longo prazo, para que seja possível formar uma ideia do que se quer para a Universidade na próxima década, o que poderá vir a culminar com um processo de revisão dos próprios Estatutos da Universidade.

Seguiu-se a intervenção do Conselheiro André Teixeira, que relevou a importância do debate conducente à elaboração do plano de atividades do Conselho para o ano de 2022, tendo-se disponibilizado para fazer parte da Comissão que por ela ficará responsável. Considerou pertinentes todos os temas apresentados na intervenção anterior e sugeriu que fossem alvo de debate e reflexão temas como o financiamento da Universidade, a democracia académica, a aplicação do RJIES, a precarização dos contratos de trabalho na Universidade e o futuro da Universidade. No que respeita ao financiamento da Universidade, recordou que esta é uma matéria que tem vindo a ser recorrentemente debatida pelo Conselho, e que esse debate deverá ser feito de uma forma mais estruturada, de modo a encontrar formas de ultrapassar a dependência elevada dos emolumentos e das propinas, a identificar novas vias de financiamento e a definir qual a posição da Universidade face ao financiamento estatal. Sobre a democracia académica, considerou importante debater de uma de forma mais institucionalizada e pública as ações a levar a cabo com vista a fomentar um maior envolvimento da Comunidade Académica nas diferentes estruturas da Universidade, promovendo uma participação cívica mais relevante dentro da Universidade por parte de todos os seus corpos, especialmente dos estudantes. Relativamente ao Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior (RJIES), sugeriu a realização de uma análise profunda dos seus pontos positivos e pontos negativos, assim como a elaboração de um documento que registe o posicionamento público do Conselho sobre esta matéria. Considerou também como missão primordial do Conselho levar a cabo um estudo sobre a precarização, em particular no que respeita ao corpo do PTAG e dos estudantes, de modo a identificar as situações existentes e encontrar soluções para as mesmas. Sugeriu ainda a realização de uma auscultação aberta, transversal, democrática e igualitária a todos os corpos da Comunidade Académica sobre o futuro da Universidade.

Apresentou de seguida algumas atividades concretas, nomeadamente, a dinamização de uma conferência sobre a digitalização e a democracia na universidade e no mundo, para debate dos impactos do digital no ensino e na investigação da UMinho no período pós-pandemia, e uma conferência sobre a transição energética e desafios ambientais, para análise do modo como a Universidade se está a preparar para esses desafios. Ainda no âmbito da realização destas conferências, considerou importante a elaboração de uma carta de compromisso que pudesse ser debatida e votada dentro das competências atribuídas ao Conselho, na qual a Universidade assumisse um compromisso para com estas matérias. Terminou a sua intervenção apelando para que o Conselho promova ativamente a discussão sobre o futuro da Universidade, e se comprometa com a Comunidade Académica tomando posições quanto aos tópicos debatidos.

O Conselheiro Nuno Cerca disse entender as preocupações patentes nas intervenções anteriores, mas considerou que o assunto mais prioritário para a Universidade nos próximos anos diz respeito à situação dos investigadores que até 2017 eram bolseiros, os quais se encontram em início de carreira e não são refletidos na carreira de investigação, dado que daqui a três anos a Universidade terá de decidir sobre a sua integração, se for assumido que estas pessoas exercem funções permanentes, ou sobre o seu despedimento. Chamou a atenção para o facto de a carreira de investigação existente no sistema de ensino universitário público prever apenas posições permanentes para os investigadores séniores e para os chefes de equipa, deixando todos os restantes colaboradores que integram as equipas de investigação sem acesso a uma situação contratual permanente. Considerou ser necessário debater possíveis soluções para a situação destes investigadores, sob pena de a investigação que é desenvolvida na Universidade ficar comprometida, e relevou a importância de valorizar as equipas de investigação atuais, entendendo que isso implicará alterações a vários níveis, como por exemplo, no sistema de avaliação.

Seguiu-se a intervenção do Conselheiro Rui Oliveira, que concordou com a pertinência dos temas sugeridos e chamou a atenção para que não sejam definidos temas que estão já a ser trabalhados na Universidade, como por exemplo a questão da digitalização, matéria já muito explorada pelo Centro IDEA-UMINHO. Informou que a UMinho é a instituição com maior percentagem de estudantes bolseiros, o que indica a existência de estudantes com graves dificuldades económicas e sociais, e sugeriu a realização de um estudo que permita identificar quais as rubricas em que os estudantes da UMinho despendem mais dinheiro (alojamento, transportes, etc.) em relação a outras comunidades, com vista a perceber de que modo é que a Universidade poderá colocar recursos de modo a minimizar esses custos.

A Presidente disse ser necessário definir quais os temas que serão alvo de reflexão interna do Conselho, como foi o caso da avaliação da aplicação do Regime Fundacional, e quais as ações que serão voltadas para a Comunidade Académica, através da realização de seminários, inquéritos ou outras atividades tidas como relevantes. Considerou, também, pertinente definir na concretização dessa reflexão o relacionamento com as outras instituições de ensino superior, parecendo-lhe a discussão do RJES ser um desses casos.

A Conselheira Ana Margarida Gonçalves enalteceu o facto de o Conselho ter decidido elaborar um plano de atividades, bem como definir os temas a debater e as ações a concretizar. Disse partilhar as preocupações apresentadas no que respeita à carreira dos investigadores, e chamou a atenção para a necessidade de se refletir sobre o bem-estar e a saúde mental de todos os membros da Comunidade Académica, considerando urgente começar a implementar planos de ação nesse sentido.

O Conselheiro Paulo Sampaio considerou muito importante e positivo a indicação das iniciativas que o Conselho se propõe organizar e felicitou a Presidente pela existência de um plano de ação para o Conselho. Dos temas propostos considerou existirem assuntos que se interligam, e disse preocupá-lo particularmente o alheamento da Comunidade Académica relativamente às questões que são abordadas no Conselho, pelo que entendeu que todas as ações que vierem a ser realizadas deverão ter sempre como objetivo principal o despertar do interesse da Comunidade Académica para a atividade do Conselho.

O Conselheiro Victor Soares mostrou satisfação pelo facto de o atual Conselho ter condições para consolidar e densificar aquilo que verdadeiramente é a sua função num plano de autonomia, independência e de articulação e cooperação com os demais órgãos da Universidade. Disse estar genericamente de acordo com todas as propostas apresentadas e considerou importante que os Estatutos da Universidade sejam revistos, tendo em conta a necessidade de acautelar uma maior representatividade do corpo do PTAG nos órgãos da Universidade, designadamente, no Conselho Geral. Entendeu ser também importante a realização de um estudo, transversal a todos os corpos da Comunidade Académica, mas com especial incidência no PTAG, sobre ações que possam ser levadas a cabo no sentido de aumentar os seus níveis motivacionais e elevar o compromisso das pessoas com aqueles que são os objetivos e a missão da Universidade. Nessa perspetiva, disse ser importante auscultar de forma direta as Unidades Orgânicas no conjunto dos seus trabalhadores, incluindo os representantes do PTAG eleitos nos respetivos órgãos, assim como os trabalhadores das Unidades de Serviços, dado que estas últimas se debatem atualmente com sérios problemas resultantes da carga excessiva de burocracia. Ainda neste âmbito, referiu que esta matéria poderá, eventualmente, envolver uma revisitação à atual orgânica dos serviços na medida em que, contrariamente àquilo que se esperava e às expectativas iniciais, a atual orgânica não está na prática a produzir os efeitos esperados. Salientou a necessidade de ser retomado o projeto Barómetro, por se tratar de um projeto chave para o acompanhamento do Plano de Ação da Reitoria, e cuja não concretização se ficou apenas a dever a razões financeiras, considerando a necessidade de dotar o Conselho de um orçamento próprio para uma maior autonomia nas suas decisões, no âmbito da realização de projetos e outras iniciativas. Por último, enalteceu a iniciativa do debate em curso, por demonstrar que o Conselho não está fechado em si mesmo, e informou da sua disponibilidade para integrar a Comissão de elaboração do plano de atividades.

O Conselheiro António Rodrigues entendeu que o ponto de partida da Comissão deverá ser a identificação da forma como podem ser emanadas do Conselho Geral linhas estratégicas da Universidade, a serem convertidas em objetivos que, por sua vez, deverão ser refletidos no orçamento, de modo a garantir a existência de uma

conexão direta entre o plano de atividades e o orçamento definidos. Fez referência à documentação disponibilizada ao Conselho no âmbito da elaboração da proposta de orçamento da Universidade para o ano de 2022, sendo o seu entendimento que o orçamento proposto está muito voltado para a gestão operacional do dia a dia. Salientou o facto de no futuro a rubrica de gestão de projetos atingir proporções muito significativas, exigindo, sob o ponto de vista orçamental, uma estrutura de gestão diferente daquela que atualmente a Universidade adota para a gestão das Unidades Orgânicas e Serviços. Do seu ponto de vista, deveria existir um orçamento operacional e um orçamento autónomo para os projetos, este mais ágil e volátil, e que permita munir a Universidade da capacidade de desenvolver grandes projetos no futuro como a Universidade digital, atratividade e notoriedade de estudantes e docentes. Ainda no âmbito do orçamento da Universidade, considerou importante pensar a linha de receita para o futuro, bem como a questão metodológica de como realizar um acompanhamento não anual, mas trimestral, do orçamento, para que possam existir espaços e fóruns para eventuais ajustamentos. Por último, disse ser também importante refletir sobre a diversificação das fontes de receita da Universidade e estudar formas de potenciar a relação com a comunidade Alumni.

A Presidente conferiu a palavra ao Conselheiro João Rosas que considerou relevantes as propostas apresentadas, chamando, no entanto, a atenção para o facto de a diversidade de temas poder enfraquecer e diluir a ação do Conselho e os seus efeitos concretos, e para a necessidade de delimitar os temas e ações a desenvolver de acordo com as competências próprias do Conselho. Recordou que, quer nos debates que conduziram à eleição da atual composição do Conselho, bem como no debate sobre a avaliação da aplicação do regime fundacional, ficou clara a existência de um problema central respeitante às ineficiências internas, que no seu entender está no centro da insatisfação da Comunidade Académica. Referiu que há 30 anos atrás a Universidade era identificada como um exemplo de gestão eficiente, o que já não acontece na atualidade, face ao crescimento e complexidade a que foi sujeita. Considerou que o sucesso da Universidade, concretizado no crescimento do número de estudantes, no crescimento de centros de investigação e de projetos de ensino, assim como nas suas participações em várias instituições, conduziu ao surgimento de algumas das ineficiências que urge colmatar. Na sua avaliação, a origem destas disfunções decorre das missões fundamentais da Universidade que se desenrolam ao nível das Unidades Orgânicas, às quais os serviços centralizados não conseguem dar resposta adequada, sendo que, por sua vez, as Unidades de Serviços queixam-se da falta de recursos e dificuldades internas para dar resposta às diversas solicitações. Tendo como objetivo refletir profundamente sobre as disfunções existentes no funcionamento da Universidade, propôs a realização a curto prazo pelo Conselho de uma auscultação aos Presidentes das Unidades Orgânicas, de modo a que estes possam concretizar a especificidade dos problemas com que as respetivas unidades se deparam, bem como identificar as respostas por elas esperadas dos diversos serviços. Entendeu que este seria um primeiro passo, o qual poderá, se o Conselho assim o entender, ter continuidade através da auscultação aos dirigentes dos diferentes serviços e também da própria equipa reitoral, dado que esta questão entronca na maior decisão estratégica que o Conselho pode tomar, que é a de saber se com o atual modelo organizacional

a Universidade consegue funcionar adequadamente. Na eventualidade destas auscultações determinarem a não adequação do modelo de funcionamento atual, considerou ser necessário repensá-lo em sede revisão estatutária.

A Conselheira Joana Arantes congratulou o Conselho pela discussão deste tema e concordou com as propostas apresentadas nas intervenções anteriores. Considerou importante a realização de um levantamento das necessidades e dificuldades sentidas pelos investigadores não docentes da Universidade, trazendo o resultado do mesmo ao Conselho para análise daquilo que é passível de ser alterado com vista a melhorar a sua experiência na Universidade. Apresentou como exemplos dessa melhoria o aumento da representatividade dos investigadores não docentes nos órgãos de gestão da Universidade; a promoção de uma participação mais ativa, voluntária e formal nas diferentes Unidades Orgânicas; a participação em todas as atividades relevantes para o cumprimento da missão da Universidade; a orientação de estudantes de mestrado e doutoramento; a coordenação de grupos de investigação e de unidades curricular, dado que estes investigadores lecionam unidades curriculares completas, mas não têm a possibilidade de as coordenarem e colocarem essa informação nos seus currícula. No seu entender, a Universidade deverá cuidar dos seus investigadores e permitir que estes cresçam profissionalmente a todos os níveis, na expectativa de venham a ser integrados em carreiras de investigação a curto prazo. Considerou, ainda, que face ao envelhecimento do corpo docente da Universidade, muitos destes investigadores poderão vir a ser integrados em posições de docentes de carreira.

A Conselheira Isabel Soares saudou e agradeceu à Presidente a inclusão deste ponto na agenda da sessão, por se tratar de um assunto muito relevante e que suscitou contributos importantes. Considerou que o conjunto das propostas apresentadas representa um pensamento muito vasto e identifica bem as preocupações dos vários corpos e membros da Comunidade Académica, algumas delas bastante ambiciosas e que terão que ser balizadas pelas competências do Conselho. No seu entender, a prioridade do Conselho em termos de plano de ação deverá ser o desenvolvimento de atividades que promovam a sua aproximação a todos os membros da Comunidade Académica, de modo a que seja possível uma integração e uma partilha de conhecimento recíprocas que conduzam a deliberações do Conselho mais fundamentadas. Chamou a atenção para a importância de planificar cuidadosamente as ações que o Conselho se propõe dinamizar, de forma a que as iniciativas possam ser realistas em termos de concretização, designadamente, a identificação dos tempos de execução e dos recursos que poderão ser disponibilizados, quer ao nível financeiro, bem como ao nível dos recursos humanos, dado que haverá um investimento adicional no envolvimento de todos os membros do Conselho.

Findo o debate, o Conselho deliberou que a Comissão de Elaboração do Plano de Atividades para o ano de 2020 seria constituída por elementos pertencentes às duas Comissões Especializadas do Conselho, designadamente, pela Presidente e pelos Conselheiros Ana Margarida Gonçalves, André Teixeira, Cláudia Pascoal, Delfina Gomes, Tiago Silva e Victor Soares.

O ponto 5. da ordem de trabalhos foi debatido conjuntamente com o ponto 4., dado tratar-se de uma matéria diretamente relacionada com o plano de atividades do Conselho.

6. Análise dos resultados do acesso aos cursos da Universidade do Minho – ano letivo 2021/2022

Foi conferida a palavra ao Reitor que apresentou sucintamente ao Conselho os dados relativos à primeira fase de candidatura aos cursos da UMinho por via do Concurso Nacional de Acesso 2021/2022, assim como o posicionamento da UMinho no conjunto das restantes universidades públicas. A nível nacional, relevou o facto de neste concurso se ter assistido a um dos números mais elevados de candidatos ao ensino superior - 64004 candidatos, sendo que o número de vagas face ao concurso de 2020/2021 foi menor. Relativamente à UMinho, informou que a proposta inicial foi da abertura de 2915 vagas, incluindo o concurso local para a Licenciatura em Música, número que viria a ascender a um total de 3050 vagas a concurso, face às vagas adicionais para os cursos de excelência – Mestrado Integrado em Medicina e a Licenciatura em Engenharia Industrial – e à transição de vagas referentes a estudantes internacionais, o que permitiu um reforço de 135 vagas. Deu conhecimento que na primeira fase do concurso foram colocados na Universidade 2893 estudantes, o que corresponde ao preenchimento de 96,4% das vagas colocadas a concurso, e ficaram por preencher 110 vagas (3,6%), tendo-se verificado na Licenciatura em Estatística Aplicada a classificação mínima mais baixa - 118,0 valores e no Mestrado Integrado em Medicina a mais elevada – 187,8 valores. Apresentou como sendo muito positivo o facto de a Universidade ter um índice de procura como primeira opção de 1,40, indicador que relaciona número de candidaturas como primeira opção com o número total vagas disponibilizadas, o que, no seu entender, significa a adequação da oferta educativa da Universidade às escolhas que os candidatos revelam. Fez de seguida referência aos cursos que ficaram com vagas por preencher, salientando o facto algumas destas situações serem já recorrentes, umas em linha com o atual contexto nacional, e outras mais específicas da Universidade. Considerou que, muito embora estas situações devam ser alvo de reflexão, a Universidade deverá manter determinadas áreas de formação, traduzidas em cursos, por aquilo que é a sua relevância, seja no quadro da formação e/ou área científica em causa, seja no quadro daquilo que são necessidades pressentidas no tecido empresarial da região. O seu entendimento é o de que a Universidade não pode definir a sua estratégia apenas pelas tendências de procura num determinado momento, mas sim atender a outros aspetos quando assume a manutenção do portfolio de formação de um determinado conjunto de licenciaturas. Ainda no âmbito dos cursos com vagas por preencher, disse surpreendê-lo o caso da Engenharia Civil, dada a manutenção do ritmo elevado deste setor na expectativa de concretização do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), que faria esperar um crescimento da procura, o que não veio a acontecer. Considerou também interessante verificar que nas áreas de direito e informação/jornalismo não há vagas sobrantes, que nas áreas de informática e na engenharia e técnicas afins houve uma percentagem próxima dos 25%, que na área de formação de professores o número de vagas sobrantes é de cerca de 1/5 das vagas a concurso e que as áreas das ciências Físicas, Matemática e Estatística apresentam 10%. Por último, referiu que a estimativa do número de novos inscritos na Universidade no ano

letivo de 2021/2022 é de 4354 novos inscritos e informou dos prazos para as candidaturas da 2.^a e 3.^a fases, recordando que, tipicamente, a Universidade preenche a totalidade das suas vagas na 2.^a fase do concurso nacional de acesso.

O Conselheiro Victor Soares agradeceu a exposição realizada pelo Reitor e solicitou a disponibilização da mesma ao Conselho. Relativamente às vagas sobranes nas áreas de engenharia e técnicas afins, pareceu-lhe existir uma aparente contradição entre os números apresentados e o facto de, sempre que termina um ciclo formativo, a Escola de Engenharia não ter graduados suficientes para fazer face à procura do mercado de trabalho, sendo que, por vezes, essa diferença atinge cerca de 50%. Recordou que o mercado de trabalho recorre muito aos profissionais formados em Engenharia pela UMinho, estranhando assim o facto de áreas como as das tecnologias apresentarem estes números.

O Conselheiro João Rosas considerou que os resultados obtidos nas áreas das tecnologias não têm a ver com a oferta educativa da Universidade, mas sim com outros condicionantes, como por exemplo, o grau de dificuldade dos exames de acesso ao ensino superior, que condicionam as médias de candidatura, e que pode, inclusive, justificar o facto de a nível nacional existir um número significativo de vagas sobranes na área da informática. Ainda neste âmbito, recordou a flutuação do preenchimento das vagas em Engenharia Civil, face à crise financeira de 2008. Relativamente aos cursos que recorrentemente têm pouca atratividade (Engenharia Química, Proteção Civil e Gestão do Território e Engenharia Têxtil), pareceu-lhe que deveria ser aconselhável reduzir um pouco mais o número de vagas neles colocadas a concurso. No caso particular da Licenciatura em Proteção Civil e Gestão do Território, entendeu ser necessário repensar esse curso, dado que a Tutela o considera como sendo um curso com carácter politécnico.

Usou da palavra o Conselheiro Tiago Silva que, relativamente aos cursos com vagas por preencher, questionou se em algum momento foi realizada uma análise sobre um potencial efeito concorrencial das instituições mais próximas, em particular a Universidade do Porto, de modo a aferir se os estudantes não concorrem à UMinho porque não há interesse nestas áreas ou porque estão a concorrer para essas áreas em outras instituições. Atendendo à tabela de percentagem das vagas sobranes por áreas de estudo, pareceu-lhe materializar-se na Universidade um afastamento das áreas das ciências, das engenharias, das matemáticas, bem como das áreas ligadas à pedagogia e, aparentemente, uma maior preferência pelas áreas das ciências sociais e humanas, como por exemplo o curso de direito, no qual continuam a ingressar muitos estudantes, muito embora a procura pelo mercado de trabalho não seja significativa. Face a estes dados, considerou que as escolhas poderão não ser propriamente ditadas pela procura do mercado de trabalho, mas sim pelo gosto dos estudantes pelas diferentes áreas, defendendo que assim o deva ser.

A Conselheira Delfina Gomes, congratulou-se com o facto de a Licenciatura em Negócios Internacionais e da Licenciatura em Contabilidade, ministradas pela Escola de Economia e Gestão, apresentarem resultados que demonstram serem projetos de ensino sólidos e com excelentes resultados, dado que, aquando da sua criação, a viabilidade dos mesmos foi questionada.

O Conselheiro Paulo Sampaio mostrou-se muito satisfeito com os resultados da primeira fase do concurso nacional de acesso, nomeadamente com a atribuição à Licenciatura em Engenharia e Gestão Industrial, curso da sua formação, da designação de curso de excelência. Mostrou preocupação com os atuais critérios para o acesso ao ensino superior, questão que está a ser levantada atualmente por uma comissão específica para o efeito, e apelou ao Reitor para que junto de Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas (CRUP) se repensem estes critérios, de modo a que não seja apenas considerada a média de candidatura e se passem a considerar outros, como por exemplo, a posição da opção que o candidato faz na escolha do curso. Deu como exemplo a situação do curso que dirige, no qual ingressaram candidatos com média de acesso de quase 19 valores, mas em 5.^a ou 6.^a opção, e candidatos com médias de 17,8 valores não conseguiram ingressar, sendo este curso a sua primeira opção. Chamou a atenção para o facto de poder existir uma perda de candidatos aos cursos que funcionam no Campus de Azurém para a Universidade do Porto, na medida em que para os estudantes residentes em Famalicão ou na Póvoa de Varzim, é muito mais fácil deslocarem-se para o Porto do que para Guimarães. No seu entender, esta questão necessita de reflexão e, na medida do possível, a Universidade deverá criar as condições que permitam a esses estudantes escolher a Universidade como instituição de ensino na sua candidatura.

Foi dada a palavra ao Reitor que começou por informar que a Comissão Nacional de Acesso ao Ensino Superior, anunciou a intenção de proceder a uma revisão do atual modelo de acesso, processo esse que envolverá as instituições de ensino superior. Relativamente à aparente contradição referida pelo Conselheiro Victor Soares, informou que, aquando da tomada de decisão da Universidade sobre o número de vagas adicionais, foram recebidas algumas manifestações por parte de algumas entidades empregadoras da região, questionado o porquê de não ter sido feita uma aposta mais forte, sobretudo na área da informática e dos sistemas de informação, face à dificuldade por elas sentidas em recrutar os profissionais necessários para o desenvolvimento da sua atividade, o que, de facto, entra em contradição com o facto de essas áreas terem tido menor procura por via do concurso nacional de acesso 2021-2022. Considerou importante decidir se a Universidade deve ou não explorar algumas especificidades na área da informática, traduzindo-as em cursos com perfis distintos dos já existentes, sendo necessário avaliar se esta opção de especialização da formação informática é de facto vantajosa para a Universidade, ou se estará de alguma forma a prejudicar a perceção dos candidatos no que respeita aos fatores de diferenciação dos cursos. Disse ser importante para esta reflexão perceber junto das Escolas Secundárias qual será o sentido de escolha dos seus estudantes no que respeita à instituição do ensino superior a frequentar, assim como desenvolver iniciativas com vista à captação de estudantes. Relativamente à reavaliação das vagas a concurso dos cursos com vagas sobrantas, informou que essa reavaliação é feita regularmente, sendo que a procura nos anos anteriores é sempre um elemento determinante e que pode conduzir a ajustamentos na afetação das vagas.

7. Orçamento da UMinho para o ano de 2022 – Ponto da situação

A Presidente conferiu a palavra ao Conselheiro Tiago Silva, dado que este ponto havia sido incluído na ordem de trabalhos a seu pedido.

O Conselheiro Tiago Silva transmitiu ao Conselho que, dado que o orçamento é uma peça chave para a gestão da Universidade, entendeu que os pressupostos que conduzem à sua elaboração deveriam ser debatidos em sede do Conselho, razão pela qual solicitou a introdução deste ponto na agenda desta sessão plenária. Fez referência à particularidade do momento do ano em que a proposta de orçamento da Universidade é realizada, bem como ao prazo apertado a que a Universidade tem que obedecer para a sua submissão à Direção Geral do Orçamento (DGO) e aos pressupostos que lhe são impostos para a sua elaboração. Relativamente aos pressupostos, manifestou a sua incompreensão e preocupação pelo facto de a dotação do Orçamento de Estado (OE) prevista não ser suficiente para fazer face ao pagamento dos vencimentos dos funcionários da Universidade, mesmo considerando que o valor previsto para os recursos humanos possa incluir muitas contratações transitórias, dado tratar-se de projetos ou atividades temporárias. Pediu esclarecimentos sobre a forma como foram estruturadas as componentes de despesa, com base nas previsões de receita.

O Conselheiro Nuno Cerca fez referência aos valores inscritos na tabela 4, da página 3, do documento da proposta de orçamento, respeitantes ao impacto financeiro das entradas para 2022, e considerou importante que esses valores estivessem mais detalhados. A título de exemplo, fez menção à rubrica “pessoal investigador”, cujo valor inscrito é de 13M€, sendo o seu entendimento que, em termos estratégicos, deveria ser especificado se este valor total diz respeito a contratos temporários ou se há valores destinados a lugares de carreira.

Também o Conselheiro Victor Soares referiu a tabela 4, da página 3 do documento da proposta de orçamento – impacto financeiro das entradas para 2022, concretamente no que diz respeito ao pessoal dirigente e ao PTAG, e pediu esclarecimento sobre os valores relativos à previsão adicional de encargos com pessoal dirigente em cerca de 1M€, na medida em que a maior parte dos cargos decorrentes da implementação do novo Regulamento Orgânico de Unidades de Serviços (ROUS) está já provida, e este acréscimo equivalente, em média, a cerca de 20 dirigentes. Relativamente ao PTAG, pediu informação acerca do aumento de encargos previsto em cerca de 3M€, dado que, a tratar-se de pessoal da carreira de Técnico Superior, isso corresponderia, em média, a um acréscimo de 150 trabalhadores, o que é difícil de explicar uma vez que já decorreu o processo de regularização e integração de um conjunto significativo de trabalhadores, preocupando que este valor diga respeito à eventual existência de 150 situações precárias e a sua previsão no orçamento para o ano de 2022 tenha como objetivo evitar um novo processo de regularização.

O Reitor começou por agradecer a introdução deste tópico na agenda do Conselho e informou ter pedido à Presidente para que o Administrador da UMinho pudesse estar presente de modo a fornecer ao Conselho, de forma mais detalhada, algumas informações de resposta às questões colocadas. Deu nota do processo que conduziu à elaboração do projeto de orçamento da Universidade para 2022, considerando-o muito circunscrito

no tempo, sujeito a muitos imponderáveis não controláveis pela Universidade e muito exigente para a Administração da Universidade, em particular para a área financeira. Recordou que o financiamento das instituições de ensino superior está atualmente condicionado pelo contrato de legislatura que as universidades e os politécnicos assinaram com o Governo, o qual prevê um aumento regular de 2% das dotações orçamentais, para além das compensações devidas pelas alterações legislativas com impacto na receita ou na despesa das instituições, como por exemplo, a alteração do valor das propinas. Contudo, informou que da aplicação da fórmula resultou para a Universidade um aumento adicional de apenas 0,5% dos 2% de aumento regular previstos, o que é um valor manifestamente insuficiente para fazer face às suas necessidades orçamentais. Sobre a proposta de orçamento da Universidade, relevou o facto de a mesma ter sido elaborada em função de elementos que são veiculados por entidades externas e pelas estimativas e projeções internas sobre os valores a inscrever nas diferentes rubricas. Fez referência ao facto de ter sido distribuído ao Conselho um conjunto denso de documentos, destacando o documento referente aos pressupostos fundamentais da elaboração da proposta de orçamento, no qual são dadas a conhecer as fontes de receita previsíveis, é definido o conjunto de critérios que conduzem à determinação do tipo de receita em cada uma das fontes de financiamento, e é feita uma previsão de despesa, sendo que esta está fortemente condicionada pela receita que é possível inscrever em sede de projeto de orçamento da Universidade.

Foi conferida a palavra ao Administrador da UMinho que apresentou sucintamente a proposta de orçamento da Universidade submetida à DGO. Informou que o orçamento prevê o montante de 163,1M€ a executar em 2022, representando uma diminuição em cerca de 2,1M€ face ao orçamento inicial do ano transato. Disse verificar-se um ligeiro aumento da dependência do OE no orçamento de receita, referindo que o peso do OE no orçamento da Universidade aumentou em relação ao ano anterior de 40,8% para 42%, e que o OE se esgota imediatamente na componente de salários, o que condiciona logo à partida que 42% do orçamento global. Esclareceu que a redução das receitas próprias estimada na rubrica de propinas e taxas decorre da compensação do Estado, por via da diminuição do valor das propinas, e pela diminuição da arrecadação da cobrança coerciva de propinas, face à nova legislação que privilegia a negociação de pagamento em detrimento da cobrança coerciva. Evidenciou a manutenção significativa das receitas provenientes da atividade de investigação e, no que respeita ao aumento das despesas com pessoal em 2022 na ordem dos 3M€, disse estar relacionado com a abertura de procedimentos concursais para a contratação de investigadores no âmbito do emprego científico e de técnicos superiores durante a vigência dos projetos. Em resposta à questão colocada pelo Conselheiro Victor Soares, informou que o valor inscrito na proposta de orçamento relativo à contratação de dirigentes corresponde ao valor máximo de despesa possível de atingir, na eventualidade de o lugar vir a ser provido por um elemento externo à Universidade, sendo esses valores sujeitos a correção no exercício económico à medida que os concursos forem sendo concluídos. Ainda no âmbito das despesas com pessoal, mencionou o aumento previsto em cerca de 61.452€, referente à integração de investigadores no âmbito do PREVPAP.

Da análise dos documentos disponibilizados, o Conselheiro Nuno Cerca entendeu que os valores previstos para a contratação de investigadores dizem respeito a contratos a termo no âmbito do emprego científico, e questionou o Reitor sobre qual o esforço que será realizado pela Universidade em termos de verba do orçamento para contratar investigadores de carreira, dado que a sua interpretação é a de que está a ser usada a verba arrecadada com o esforço individual dos investigadores, através dos projetos a que se candidatam e que são posteriormente aprovados. Em nome da transparência, solicitou que o documento final referente à proposta de orçamento faça claramente a distinção entre o valor orçamentado que será destinado a contratos a termo e qual o valor a aplicar em contratações de carreira.

O Reitor esclareceu não ser possível inferir da proposta de orçamento o número de docentes e investigadores que irão ser contratados no próximo ano, face à imprevisibilidade associada aos termos de aprovação do OE, bem como pelo facto de a despesa da Universidade estar vinculada à receita que neste momento é possível ter como sendo certa. Ainda sobre esta matéria, considerou poder haver respostas que não podem ser encontradas neste contexto, mas sim em sede da definição do plano de atividades e das políticas estratégicas da Universidade para os anos subsequentes. Chamou ainda a atenção para o facto de os valores inscritos nos documentos disponibilizados poderem sofrer alterações ao longo do exercício económico, decorrente da articulação entre a Reitoria e as Unidades Orgânicas e de outros factores nem sempre controláveis pela Universidade, pelo que considerou que no momento da apresentação do plano de atividades e do orçamento neles poderão aparecer vertidas opções específicas que não foram expressas na proposta de orçamento submetido à DGO.

O Administrador da UMinho recordou que o seu papel diz respeito à implementação de políticas, cabendo à equipa reitoral e ao Conselho, respetivamente, definir e aprovar o plano de atividades e orçamento, devendo este último ser adequadamente articulado com o plano de atividades, tendo sempre presente o papel que as receitas próprias desempenham, as quais podem aumentar ou diminuir, sendo necessário verificar em cada momento se a despesa está ou não inscrita no orçamento aprovado.

Usou da palavra o Conselheiro Paulo Sampaio que pediu um esclarecimento sobre se os projetos estratégicos com empresas estão inscritos na rubrica de projetos de investigação, tendo sido confirmado pelo Administrador da UMinho.

O Conselheiro Victor Soares agradeceu as apresentações realizadas pelo Reitor e pelo Administrador da UMinho e apelou a que seja dada prioridade à concretização dos pagamentos aos trabalhadores constituídos no direito de receberem um acréscimo salarial por via das valorizações remuneratórias no âmbito da avaliação do PTAG, dado que estes se encontram a aguardar esse pagamento desde janeiro do corrente ano. Relativamente à consolidação de carreiras decorrentes da mobilidade intercategorias e intercarreiras, recordou que esta ainda não foi efetuada, sendo que o prazo previsto na lei para que isso aconteça - 18 meses após a homologação - está já a esgotar-se.

O Conselheiro Tiago Silva esclareceu que o objetivo do seu pedido de introdução deste ponto na agenda da reunião era o de analisar a forma como foi estabelecida a proposta de orçamento da Universidade para o ano de 2022, e em particular a relação entre essa proposta e o plano de atividades a desenvolver, sendo o seu entendimento que na gestão da Universidade o orçamento deverá sujeitar-se ao plano de atividades. No que respeita à execução dos projetos, disse perceber as regras que determinam que apenas poderá ser considerada receita a verba que é efetivamente recebida, mas chamou a atenção para o facto de isso poder conduzir a uma ideia errada de que a investigação dá prejuízo, quando na verdade assim não é. Relativamente à gestão dos recursos humanos no âmbito dos projetos de investigação, disse ter as mesmas dúvidas apresentadas pelo Conselheiro Nuno Cerca, salientando a necessidade de se proceder a uma análise cuidadosa dos novos contratos a celebrar, tendo em consideração os projetos de investigação que irão ainda ter início, assim como os projetos financiados pela Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT) a terminarem e que conduziram à contratação de muitos recursos humanos. Por último, disse estar preocupado com o valor final inscrito na proposta de orçamento para a rubrica de aquisição de bens e serviços (16,5M €) e questionou se seria possível prever neste momento de que modo é que este valor se irá relacionar com o orçamento destinado a futuros projetos de investigação, ou projetos já em execução, por considerar este valor muito inferior ao que será necessário, facto que poderá vir a afetar significativamente a execução de projetos, com posteriores repercussões em outras rubricas de despesa.

O Administrador da UMinho disse concordar com a maioria das preocupações apresentadas pelo Conselheiro Tiago Silva, e recordou o carácter previsional da proposta de orçamento, a qual poderá vir a sofrer alterações ao longo da sua execução. No que respeita à aquisição de bens e serviços, informou que o valor inscrito se destina essencialmente à rubrica de I&D.

Concluídos os trabalhos, a Presidente agradeceu a todos as intervenções tidas ao longo da reunião e declarou findos os trabalhos pelas 13h30, tendo sido lavrada a presente ata que, depois de aprovada, será assinada pela Presidente e pelo Secretário do Conselho.

A Presidente,

O Secretário,



Universidade do Minho
Conselho Geral

MEMBROS DO CONSELHO GERAL DA UNIVERSIDADE DO MINHO

REUNIÃO PLENÁRIA N.º 9/2021
8 de outubro 2021

Membro	Rubrica
Ana João Gomes Rodrigues	_____
Ana Margarida Silva Gonçalves	Ana Margarida Gonçalves
André Francisco Soares Carvalho Alves Teixeira	André Teixeira
Ángel Maria Carracedo Álvarez	_____
António Carlos Fernandes Rodrigues	_____
Delfina Rosa Rocha Gomes	D. Gomes
Isabel Maria Costa Soares	Isabel
Joana Rodrigues Arantes Silva	Joana
João Manuel Cardoso Rosas	João Rosas
Joaquim Agostinho Castro de Freitas	_____
Luís António Martins Santos	Luís
Manuela da Assunção Borges Vaz Soares	_____
Maria Cláudia Gonçalves Cunha Pascoal	Maria Cláudia
Maria Joana Raposo Marques Vidal	Maria Joana
Marta Alexandra Teixeira Mestre	_____
Nuno Miguel Dias Cerca	Nuno Miguel
Patricia Espinheira Sá Maciel	_____
Paulo Alexandre Costa Araújo Sampaio	Paulo Alexandre
Ricardo Duarte Faria Lopes	Ricardo Duarte Faria Lopes
Rui Jorge Machado Oliveira	Rui Jorge Machado Oliveira
Tiago Filipe Silva Miranda	Tiago Filipe
Tiago José Quinteiros Lopes Henriques Silva	Tiago José
Victor Manuel Sousa Rego Duarte Soares	Victor Manuel